



## **O Estado Brasileiro precisa se responsabilizar pelos Povos Indígenas no Brasil: Basta de assassinatos!**

**A FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS – FPDDI**, consternada, pela morte do líder guardião da floresta, Paulo Paulino Guajajara, membro do povo indígena Guajajara, ocorrida na última sexta-feira, 1º de novembro, dentro da Terra Indígena Araribóia (MA), vem manifestar solidariedade aos familiares, ao povo Guajajara e a todos os povos indígenas do Brasil que compartilham da dor e perda de mais um líder indígena no país.

Esta situação de vulnerabilidade dos povos indígenas, agravada pela posição do Presidente Jair Bolsonaro de não mais demarcar terras indígenas, de anunciar a revisão de terras já demarcadas e de incentivar à violência contra os povos indígenas ao enfraquecer os órgãos de fiscalização como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e dizer que vai regularizar o garimpo em terras indígenas, precisa ter um fim.

Paulo Guajajara, guardião e protetor da floresta, vítima de emboscada de madeireiros, é resultado da omissão do Estado brasileiro, principalmente do Poder Executivo de garantir os direitos dos povos indígenas e proteger os seus territórios. A Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Maranhão informou à imprensa que, há dois meses, já tinha denunciado ao Governo Federal sobre possíveis conflitos na região, mas não obteve nenhuma resposta.

Povos indígenas, como os Guajajara, que criaram a iniciativa dos “Guardiões da Floresta”, assumem o desafio de proteger com a própria vida seus territórios porque o Governo deixou de cumprir suas obrigações constitucionais de demarcar suas terras, proteger e fazer respeitar os bens indígenas. O cenário aponta o contrário: aumento de invasões e outras práticas ilegais, como garimpagem, extração de madeira, grilagem, desmatamento, incentivados pelo próprio presidente Jair Bolsonaro.

O relatório sobre Violência contra os Povos Indígenas 2019 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou 109 casos de invasão possessória, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, e um número de assassinato de 135 pessoas em 2018. O relatório da Human Rights Watch (HRW) lançado em agosto deste ano na Câmara dos Deputados apontou 70 casos de ataque e ameaças, incluindo assassinatos, por madeireiros e grileiros, contra grupos que defendem a maior floresta tropical do mundo, sendo as principais vítimas os povos indígenas na Amazônia. Outro ponto que chama atenção do Relatório da HRW é a impunidade. De mais de cem casos de violência denunciados, apenas quatro chegaram a ser julgados. O Poder Judiciário também precisa dar uma resposta urgente e eficaz contra a impunidade.

A morte de Paulino Guajajara e o ataque aos demais guardiões da floresta não pode ser considerada apenas como mais um índice no Brasil. Além de ser verdadeiramente apurada e punida pelo poder público, evitando mais ataques e mortes de lideranças indígenas no país, deve se tornar um ponto de mudança por parte do Estado.

A Frente tem apoiado a realização de audiências públicas, reuniões com autoridades, se articulado para barrar projetos de leis anti-indígenas e para aprovar favoráveis e vai continuar a agir em defesa dos direitos, da proteção e da vida dos povos indígenas que estão vulneráveis por um passivo de violências praticadas ao longo dos séculos e a mercê de um Governo anti-indígena, autoritário e que afronta a Constituição.

Brasília, 5 de novembro de 2019.

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS**